

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2026

Nova Central convida para ato em memória de Manoel Fiel Filho

19 DE JANEIRO - SEGUNDA-FEIRA - 18H

ATO EM MEMÓRIA DOS 50 ANOS DA MORTE DE MANOEL FIEL FILHO

Operário metalúrgico assassinado pela ditadura militar

Lançamento do livro Carrascos da Ditadura e exibição do filme Perdão, Mister Fiel! - de Jorge Oliveira

Entrega da Medalha Manoel Fiel Filho

RUA DO CARMO, 171, SÉ - SÃO PAULO (SP)

SINDICATO DOS APOSENTADOS DA FORÇA SINDICAL, ANTIGA SEDE DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS

REALIZAÇÃO APOIO

IFOP Coletivo Memória e Democracia UGT CUT CSB CMS CFB CSP

A Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) convida suas entidades filiadas, dirigentes e a classe trabalhadora a participarem do Ato em Memória dos 50 anos da morte de Manoel Fiel Filho, operário metalúrgico assassinado pela ditadura militar, símbolo da resistência e da luta em defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil.

O ato será realizado no dia 19 de janeiro (segunda-feira), às 18h, na Rua do Carmo, 171, Sé - São Paulo (SP), local histórico do movimento sindical, antiga sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

A programação inclui o lançamento do livro Carrascos da Ditadura e exibição do filme Perdão, Mister Fiel!, de Jorge Oliveira, além da entrega da Medalha Manoel Fiel Filho, em reconhecimento àqueles e àquelas que mantêm viva a memória, a verdade e a justiça.

Para a Nova Central, lembrar Manoel Fiel Filho é reafirmar o compromisso permanente com a democracia, com a valorização da vida e com a luta da classe trabalhadora contra toda forma de autoritarismo, violência e retirada de direitos.

Fonte: NCST

Comissão aprova retorno de assistência sindical obrigatória em rescisões

Proposta segue em análise na Câmara

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

*Texto aprovado é o substitutivo do relator, Bohn Gass*

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou em dezembro proposta que retoma a obrigatoriedade da assistência sindical para validar a rescisão de contratos de trabalho de empregados com mais de um ano de serviço. A medida, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reverte uma das principais mudanças da Reforma Trabalhista de 2017, que havia tornado a homologação facultativa.

O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Bohn Gass (PT-RS), ao Projeto de Lei 8413/17, do ex-deputado Marco Maia (RS), e propostas apensadas que tratam do tema. O texto do relator unifica as propostas e restabelece que o instrumento de rescisão ou recibo de quitação só terá validade se firmado com a assistência do sindicato da categoria ou, na ausência deste, de uma autoridade do Ministério do Trabalho e Emprego, sem custos para o trabalhador.

Segundo o relator, a mudança visa corrigir um desequilíbrio na relação entre empregado e empregador no momento do término do contrato. "É inquestionável a condição de hipossuficiência dos/as trabalhadores/as no momento em que se dá a rescisão do contrato de trabalho e, assim, a assistência do empregado pelo seu respectivo sindicato é fator muito importante para evitar maiores prejuízos quando da formulação dos cálculos das verbas rescisórias devidas", afirmou Bohn Gass.

Outras mudanças previstas na proposta:

- Dispensas imotivadas: estabelece a "intervenção sindical prévia" como um procedimento necessário para demissões sem justa causa, sejam elas individuais ou coletivas.

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2026

- Acordo entre as partes: exige que a extinção do contrato por acordo entre empregado e empregador também seja homologada pelo sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

- Arbitragem para altos salários: determina que a cláusula de arbitragem em contratos de trabalhadores com remuneração superior a duas vezes o teto do INSS só será válida se tiver a assistência sindical.

- Revogações: revoga os artigos da CLT que tratam de planos de demissão voluntária e da quitação de valores.

Próximos passos

A proposta segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto está sujeito à análise do Plenário.

Fonte: Agência Câmara

Lula veta integralmente PL da Dosimetria

Presidente disse que condenados tiveram direito a ampla defesa



© Marcelo Camargo/Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou integralmente, nesta quinta-feira (8), o Projeto de Lei nº 2.162 de 2023, conhecido como PL da Dosimetria, aprovado em dezembro pelo Congresso Nacional. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e pela tentativa de golpe de Estado.

O anúncio foi feito durante ato, no Palácio do Planalto, que marca os três anos dos ataques perpetrados por manifestantes apoiadores de Bolsonaro que, inconformados com o resultado das eleições, invadiram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF).

“Todos eles tiveram amplo direito de defesa, foram

julgados com transparência e imparcialidade. E, ao final do julgamento, condenados com base em provas robustas, e não com ilegalidades em série, meras convicções ou [apresentações de] Powerpoint fajutas”, disse Lula.

“Quero parabenizar a Suprema Corte pela conduta irrepreensível ao longo de todo esse processo. Julgou e condenou no estrito cumprimento da lei. Não se rendeu às pressões, não se amedrontou diante das ameaças. Não se deixou levar por revanchismo. Saiu fortalecida. Sua conduta certamente será lembrada pela história”, completou.

Ao citar o poeta hispano-americano George Santayana, Lula concluiu: “Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo. Em nome do futuro, não temos hoje o direito de esquecer o passado. Por isso, não aceitamos nem ditadura civil nem ditadura militar. O que queremos é democracia emanada do povo e para ser exercida em nome do povo”.

Com o veto, o projeto volta para o Congresso.

Entenda

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa de acabar com o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implicarão no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mudança no cálculo das penas, “calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas”. O texto reduz também o tempo para progressão do regime de prisão de fechado para semiaberto ou aberto.

Tais mudanças poderiam beneficiar condenados pelo 8 de janeiro, como o ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

O projeto de lei também reduziria o tempo de progressão de pena para alguns criminosos comuns, segundo especialistas ouvidos pela Agência Brasil.

Fonte: Agência Brasil

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2026

Desconto em cesta-alimentação exige autorização prévia do empregado

Freepik



TST determinou devolução de descontos de cesta-alimentação

A 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que uma empresa do setor agroindustrial devolva os descontos efetuados na remuneração de um coordenador de controle de qualidade referentes à cesta-alimentação fornecida pela empresa. Para o colegiado, os descontos não poderiam ser feitos sem autorização expressa do trabalhador.

Empregado da empresa de 2014 a 2016, o coordenador alegou na ação que não tinha autorizado a empresa a descontar o valor do benefício e que o salário é intangível e protegido pelo direito do trabalho.

A Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul (PR) rejeitou o pedido de devolução dos descontos, e a sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR). Segundo o TRT-9, apesar de não existir autorização específica, os descontos tinham gerado benefício direto ao trabalhador, uma vez que os valores eram baixos, e a cesta-alimentação era fornecida regularmente.

Descontos exigem autorização

A ministra Maria Cristina Peduzzi, relatora do recurso de revista do coordenador, observou que o empregador não pode efetuar nenhum desconto nos salários do empregado, a não ser em caso de adiantamentos, de previsão legal ou de contrato coletivo.

Segundo ela, a jurisprudência do TST é de que é necessária autorização prévia do empregado a fim de

legitimar os demais descontos, o que não ocorreu no caso. A decisão foi unânime. Com informações da assessoria de imprensa do TST.

Clique [aqui](#) para ler a decisão

Processo 10672-28.2016.5.09.0003

Fonte: Consultor Jurídico

“Não é uma bolha, é um crescimento consistente”, diz Luiz Marinho, sobre os 5 milhões de empregos formais gerados a partir de 2023

Em entrevista ao Bom Dia, Ministro nesta quarta (7/1), responsável pela pasta do Trabalho e Emprego ressaltou o crescimento na geração de empregos formais e ressaltou temas como a qualificação de profissionais no Brasil e os esforços para acabar com a escala 6x1



Para Marinho, êxito na geração de emprego formal vem acompanhado do reajuste do salário mínimo e da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Foto: Vitor Vasconcelos/Secom-PR

Em novembro de 2026, o Brasil superou a marca de 5 milhões de empregos formais gerados no país desde janeiro de 2023. Com isso, a nação chegou a 49,09 milhões de vínculos formais ativos, o maior registrado na série histórica do Novo Caged. Soma-se a isso, um índice de 5,2% de desemprego, mais baixo patamar da série histórica no Brasil.

Entrevistado nesta quarta-feira (7/1) no programa Bom Dia, Ministro, o titular da pasta do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, destacou o atual momento do país no que diz respeito à geração de empregos formais. “É um crescimento do emprego em todo o país e em todos os estados brasileiros, em todos os segmentos da economia. Não é uma bolha aqui e acolá. É um crescimento consistente”, afirmou.

Os números exitosos na geração de emprego formal

Brasília-DF, 09 de janeiro de 2026

vêm acompanhados de duas medidas importantes que terão impacto direto na renda de milhões de trabalhadores brasileiros em 2026: o reajuste do salário mínimo e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, com descontos menores para aqueles com salários entre R\$ 5 mil e R\$ 7,35 mil mensais.

Desde 1º de janeiro vigora no país o novo valor do salário mínimo, que passou de R\$ 1.518 em 2025 para R\$ 1.621 este ano, um aumento de 6,7%. Os reajustes anuais adotados nesta gestão levam em conta a inflação dos 12 meses anteriores, mais a taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) do segundo ano anterior ao vigente.

Para o ministro, o PIB deve voltar a crescer este ano, o que, levando-se em conta os crescimentos do PIB nos últimos anos, deverá garantir um novo aumento real do salário mínimo em 2027. "Este ano de novo vai crescer a economia, crescer o PIB brasileiro, e crescendo o PIB per capita seguramente também crescerá o salário mínimo de novo, olhando para 2027. Nós estamos bastante otimistas com a economia brasileira e seguramente o Brasil está no rumo certo", projetou Luiz Marinho.

ESCALA 6x1 – Outro ponto abordado na entrevista foi a discussão em curso em torno do fim da jornada de trabalho 6x1, sem redução de salário. "A 6x1 é uma prioridade do governo e é uma prioridade para os trabalhadores, especialmente a juventude brasileira, que vem rechaçando esse formato. A jornada 6x1 é a mais cruel em todo o território global, onde ela está ainda em prática, em especial para as mulheres. Então, temos que pensar na redução da jornada máxima do país", frisou o ministro.

Segundo o ministro, o fim da jornada 6x1 precisa ser discutido levando-se em conta a necessidade de proporcionar melhores condições aos trabalhadores. "É uma coisa importante para a gente refletir e dar uma mensagem para todos os empresários brasileiros, especialmente da área do comércio, de serviço, da indústria, que pensar na redução da jornada de trabalho é também pensar na harmonização do ambiente de trabalho, em como você tem um ambiente saudável no trabalho que possa garantir aos trabalhadores e trabalhadoras melhores condições de saúde, saúde mental, como cuidar da família, como cuidar dos afazeres da família. Se você tem tranquilidade em casa, você vai levar essa tranquilidade para o ambiente do trabalho", defendeu o ministro.

QUALIFICAÇÃO – Luiz Marinho destacou ainda a necessidade de qualificar o trabalhador brasileiro e destacou que o Ministério do Trabalho e Emprego vem

atuando nesse sentido, com especial atenção aos mais jovens. "A gente tem trabalhado vários programas e tenho provocado prefeitos e prefeitas, governadores e governadoras, para ajudar nessa tarefa de qualificar, incluindo o Sistema S, incluindo todo mundo que trabalha com o processo de qualificação. O ministério tem um programa de qualificação digital, em parceria com a Microsoft, para milhões de pessoas", lembrou. "Os jovens sabem o Instagram, sabem o TikTok, sabem essas ferramentas de comunicação aleatória. Mas quando precisa baixar um arquivo, quando precisa anexar um arquivo, ele não sabe fazer. Nós precisamos de um processo de qualificação, de capacitação na área digital, como foi no passado", continuou o ministro.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – Outro ponto abordado foi a modernização do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). As novas regras beneficiarão diretamente mais de 22 milhões de trabalhadores que terão mais liberdade de escolha e melhor aceitação dos cartões em estabelecimentos. "Nós pensamos a restauração desse programa, ouvindo as queixas, especialmente dos pequenos restaurantes, dos pequenos mercados. Muitos restaurantes e muitos supermercados saindo do programa, dado o tamanho do repasse que o intermediário ficava. Entra agora em vigor, agora em fevereiro, a taxa máxima permitida. Tinha situação de taxa acima de 10% ao mês. Vai ter uma redução para no máximo 3,6%, envolvendo a tarifa de intercâmbio, que tem que ser no máximo de 2%. Isso seguramente vai levar a ampliar a quantidade de restaurantes, de mercados, de vilas, que possam aderir ao programa", explicou Luiz Marinho.

Fonte: Secom Gov.br

CCJ pode votar proteção e acolhimento a trabalhadores resgatados de escravidão

O projeto de lei que prevê medidas de proteção e acolhimento aos trabalhadores resgatados de situação de escravidão ([PL 5.760/2023](#)) pode ser votado neste ano pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). Em outubro, a proposta recebeu parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH).

Fonte: Agência Senado